



Contas Nacionais
número 69

Produto Interno Bruto dos Municípios

2017

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial da Fazenda

Waldery Rodrigues Junior

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Susana Cordeiro Guerra

Diretor-Executivo

Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretoria de Geociências

João Bosco de Azevedo

Diretoria de Informática

David Wu Tai

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Marise Maria Ferreira

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Ministério da Economia
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Contas Nacionais

Contas Nacionais
número 69

Produto Interno Bruto dos Municípios

2017



Rio de Janeiro
2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1415-9813 **Contas Nacionais**

Divulga os resultados do Sistema de Contas Nacionais relativos às Tabelas de Recursos e Usos; Contas Econômicas Integradas; Sistema de Contas Regionais do Brasil; Produto Interno Bruto dos Municípios; Matriz de Insumo-Produto; e Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo.

ISBN 978-85-240-4517-2

© IBGE. 2019

Por decisão editorial, a partir de 2018 a publicação passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo contendo comentários analíticos ilustrados com tabelas e gráficos que destacam os principais resultados do estudo/pesquisa, e é disponibilizada em meio impresso e digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresenta considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa, sendo veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

Sumário

Apresentação	6
Introdução	7
Fontes de informação	8
Referências	10
Glossário	12

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Listas

Siglas das Unidades da Federação

RO - Rondônia
AC - Acre
AM - Amazonas
RR - Roraima
PA - Pará
AP - Amapá
TO - Tocantins

MA - Maranhão
PI - Piauí
CE - Ceará
RN - Rio Grande do Norte
PB - Paraíba
PE - Pernambuco
AL - Alagoas
SE - Sergipe
BA - Bahia

MG - Minas Gerais
ES - Espírito Santo
RJ - Rio de Janeiro
SP - São Paulo

PR - Paraná
SC - Santa Catarina
RS - Rio Grande do Sul

MS - Mato Grosso do Sul
MT - Mato Grosso
GO - Goiás
DF - Distrito Federal

Municípios das Capitais

Porto Velho/Rondônia

Rio Branco/Acre

Manaus/Amazonas

Boa Vista/Roraima

Belém/Pará

Macapá/Amapá

Palmas/Tocantins

São Luís/Maranhão

Teresina/Piauí

Fortaleza/Ceará

Natal/Rio Grande do Norte

João Pessoa/Paraíba

Recife/Pernambuco

Maceió/Alagoas

Aracaju/Sergipe

Salvador/Bahia

Belo Horizonte/Minas Gerais

Vitória/Espírito Santo

Rio de Janeiro/Rio de Janeiro

São Paulo/São Paulo

Curitiba/Paraná

Florianópolis/Santa Catarina

Porto Alegre/Rio Grande do Sul

Campo Grande/Mato Grosso do Sul

Cuiabá/Mato Grosso

Goiânia/Goiás

Brasília/Distrito Federal

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, apresenta os resultados do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios de 2017 na série que têm como referência o ano de 2010.

Por decisão editorial, cabe destacar, a partir do ano de referência de 2016, a publicação do Produto Interno Bruto dos Municípios passou a ser divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a um informativo contendo comentários analíticos ilustrados com tabelas, gráficos e mapas que destacam os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizada tanto em meio impresso como em meio digital (formato pdf) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte, constituída por estas notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresenta considerações de natureza metodológica sobre a pesquisa, sendo veiculada apenas em meio digital (formato pdf) no portal.

São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes grupos de atividade econômica: Agropecuária; Indústria; e Serviços, – além da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social –, devido à importância dessa atividade na economia brasileira; bem como os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, o PIB e o PIB *per capita*.

Os resultados são analisados por meio de tabelas, gráficos e mapas. Esta publicação, apresenta uma análise geográfica mais detalhada, com a colaboração da Diretoria de Geociências, que interpreta o PIB dos Municípios a partir da sua distribuição no País, permitindo, assim, interpretar tais estimativas com base nas tipologias (classificações de municípios como, por exemplo, por hierarquia urbana) e regionalizações (agregações de municípios contíguos, por vezes a partir da identificação de polos). Esses instrumentos conferem outros significados aos dados do PIB dos Municípios, mostrando padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

No portal do IBGE na Internet, estão disponíveis a série de 2002 a 2017 (sendo que de 2002 a 2009 é chamada série retropolada), e demais informações sobre a pesquisa.

A publicação inclui, ainda, um Glossário com os termos e conceitos relevantes para a compreensão dos resultados.

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretor de Pesquisas

Introdução

As estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios são desenvolvidas desde o ano 2000, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e obedecem a uma metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, sendo integradas, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional.

Em dezembro de 2015, os resultados do PIB dos Municípios foram divulgados tendo como referência o ano 2010¹. Esses resultados incorporam as recomendações apresentadas no manual *System of national accounts 2008 - SNA 2008*, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, novas fontes de dados e ainda resultados de censos e pesquisas realizados, cujas estruturas servirão de referência para os próximos anos. Como consequência, as participações das atividades econômicas na composição do PIB foram atualizadas. Entretanto, essa atualização gerou descontinuidade nos dados históricos do PIB dos Municípios. Para o período anterior a 2010, realizou-se a retropolação² dos dados até 2002, incorporando no cálculo dos agregados (PIB, valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços) a nova estrutura das atividades econômicas. Além da incorporação dos novos pesos, sempre que foi possível, introduziram-se as alterações conceituais da nova referência nos anos anteriores.

A divulgação da série do PIB dos Municípios adota uma política de revisão dos resultados como requisito fundamental para o aprimoramento da qualidade da informação. Assim, o resultado relativo ao último ano divulgado é sempre revisto no ano posterior.

O banco de dados completo³ contém, a preços correntes, o valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços; os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; o PIB; e o PIB *per capita*, e, também o valor adicionado bruto corrente da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, devido à importância dessa atividade na economia brasileira.

A análise geográfica das estimativas do PIB dos Municípios, de acordo com sua distribuição no País, conta com a colaboração da Diretoria de Geociências e permite a interpretação dos dados com base em tipologias e regionalizações que conferem outros significados aos indicadores estimados. Este tipo de análise evidencia padrões de concentração e dispersão associados às formas e densidades de povoamento, bem como às funções econômicas e político-administrativas das diferentes partes do Território Nacional.

¹ Para informações mais detalhadas sobre a metodologia do PIB dos municípios, consultar: PRODUTO interno bruto dos municípios: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 50 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97483.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

² Para informações mais detalhadas sobre o processo de retropolação, consultar: PRODUTO interno bruto dos municípios: referência 2010. Nota metodológica da série retropolada 2002-2009 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 5 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dosmunicipios.html?=&t=notas-tecnicas>. Acesso em: nov. 2019.

³ O banco de dados, por município, referente aos anos de 2010 a 2017, e a série de 2002 a 2009 estão disponíveis no portal do IBGE no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=destaques>.

Fontes de informação

O cálculo do PIB dos Municípios se baseia na distribuição, entre os municípios, do valor adicionado bruto a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelo Sistema de Contas Regionais - SCR.

O trabalho fundamenta-se na identificação de indicadores de diversas fontes que permitam distribuir o valor adicionado bruto das atividades econômicas de cada Unidade da Federação entre seus respectivos municípios. O nível de desagregação necessário ao cálculo do PIB dos Municípios requer maior abertura das mencionadas atividades, chegando-se, especificamente na Agropecuária, no nível de produto.

O quadro abaixo apresenta informações detalhadas sobre os indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto estadual pelos municípios.

Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto e dos impostos de cada Unidade da Federação pelos municípios

(continua)

Atividades/impostos	Indicadores	Fontes
Agropecuária		
Agricultura, pecuária e produção florestal	Valor bruto da produção e efetivo dos rebanhos	PAM, PPM, PEVS, Censo Agropecuário 2006
Pesca e aquicultura	Pesca: Pessoal ocupado	Censo Demográfico 2010
	Aquicultura: Valor bruto da produção	PPM
Indústria		
Indústrias extrativas	Petróleo e gás natural: Quantidade produzida	ANP
	Demais produtos: Valor das saídas de mercadorias	SEFAZ
Indústrias de transformação	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Geração de energia elétrica: Valor adicionado bruto da empresa	Contas Regionais, empresas de energia
	Transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica: Consumo de energia elétrica	Empresas de energia
	Distribuição de gás e água e esgoto: Volume faturado	Empresas de gás natural, SNIS
	Gestão de resíduos e recuperação de materiais: Valor adicionado bruto municipal das atividades transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e água e esgoto	PIB dos Municípios
Construção	Empresas não financeiras: Pessoal ocupado na atividade	CEMPRE
	Famílias: Valor adicionado bruto municipal das lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; serviços de alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços do domésticos	PIB dos Municípios

**Indicadores e fontes utilizados na distribuição do valor adicionado bruto
e dos impostos de cada Unidade da Federação pelos municípios**

(conclusão)

Atividades/impostos	Indicadores	Fontes
Serviços		
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	Valor das saídas de mercadorias por segmento	SEFAZ
Alojamento e alimentação	Valor das saídas de mercadorias e salário	SEFAZ, CEMPRE
Transporte, armazenagem e correio	Transporte terrestre - Passageiro: Valor adicionado bruto municipal do comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Transporte terrestre - Carga: Valor bruto da produção municipal da agropecuária, indústrias extrativas, indústrias de transformação, comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, transportes aquaviário, aéreo e correios	PIB dos Municípios
	Transporte aéreo: Carga e passageiros embarcados	INFRAERO, ANAC
	Transporte aquaviário: Carga embarcada	ANTAQ
	Correios: Receita operacional	ECT
	Armazenagem e outros: Valor adicionado bruto municipal do cultivo de cereais, soja, café e algodão; indústrias extrativas; indústrias de transformação; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transportes (exceto armazenagem)	PIB dos Municípios
Informação e comunicação	Telecomunicações: Valor adicionado bruto municipal do comércio varejista; alojamento e alimentação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	PIB dos Municípios
	Demais serviços: Pessoal ocupado	CEMPRE
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Valor das operações ativas e passivas selecionadas	BACEN
Atividades imobiliárias	Consumo de energia elétrica residencial e comercial	Empresas de energia
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Parcela relativa à contribuição das sedes de empresas: Pessoal ocupado	CEMPRE
	Demais parcelas: Valor adicionado bruto municipal das indústrias extrativas; indústrias de transformação; comércio exceto atacadista de combustíveis; transportes exceto armazenagem e passageiros; informação e comunicação (apenas demais serviços); atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; administração pública esfera municipal	PIB dos Municípios
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Esferas federal e estadual: População	IBGE
	Esfera municipal: Despesa realizada pelas prefeituras com pessoal ativo	FINBRA, TCE, TCM
Educação e saúde privadas	Educação: Número de matrículas	INEP
	Saúde: Pessoal ocupado	RAIS
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços e serviços domésticos	Valor adicionado bruto municipal das lavouras temporárias e permanentes; comércio varejista; alojamento e alimentação; transportes aquaviário e aéreo; administração pública esfera municipal; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; educação e saúde privadas; construção (apenas empresas não financeiras)	PIB dos Municípios
Impostos		
Esferas municipal e federal	Arrecadação	FINBRA, TCE, TCM e RFB
Esfera estadual	Valor adicionado bruto municipal da agropecuária; indústrias de transformação; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; transportes (exceto a parcela relativa ao correio); distribuição de eletricidade; informação e comunicação (apenas parcela telecomunicações)	CONFAZ, PIB dos Municípios

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Referências

ACTUALIZACIÓN del sistema de cuentas nacionales 1993 (SCN 1993): conjunto completo de recomendaciones provisionales: documento para discusión de los participantes.

Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal;

Guatemala: Banco de Guatemala, 2006. 68 p. Trabalho apresentado pelo Grupo de

Expertos Asesores del Proceso de Actualización del SCN 1993, no Seminario

Latinoamericano de Cuentas Nacionales, realizado na Guatemala, 2006. Disponível em:

<https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/AEG/recommendations/flprsp.pdf>. Acesso em: dez. 2019.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE: versão 2.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 425 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em:

<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/atividades-economicas>. Acesso em: dez. 2019.

CONTAS regionais do Brasil: ano de referência 2010. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 68 p. (Série relatórios metodológicos, v. 37). Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98459.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

PRODUTO interno bruto dos municípios: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016a. 50 p. (Série relatórios metodológicos, v. 29). Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=18021&t=notas-tecnicas>. Acesso em: dez. 2019.

PRODUTO interno bruto dos municípios: referência 2010. Nota metodológica da série retrogradada 2002-2009 (versão para informação e comentários): versão 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2016b. 5 p. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=18021&t=notas-tecnicas>. Acesso em: dez. 2019.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil: ano de referência 2010. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 236 p. (Série relatórios metodológicos, v. 24). Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default_srm.shtm. Acesso em: dez. 2019.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. 12 p. (Contas nacionais, n. 67). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=25916&t=publicacoes>.

Acesso em: dez. 2019.

SISTEMA de contas regionais: Brasil 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. 12 p. (Contas nacionais, n. 68). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=26018&t=publicacoes>.

Acesso em: dez. 2019.

SISTEMA de contas nacionais: Brasil 2017: tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2019c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?edicao=25916&t=resultados>.

Acesso em: dez. 2019.

SISTEMA de contas regionais: Brasil 2017: tabelas completas. Rio de Janeiro: IBGE, 2019d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=26018&t=resultados>.

Acesso em: dez. 2019.

SYSTEM of national accounts 1993. Luxembourg: Commission of the European Communities - Eurostat, 1993. 814 p. Preparado sob os auspícios da Comissão das Comunidades Europeias - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, Organização das Nações Unidas - ONU e Banco Mundial. Disponível em:

<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>. Acesso em: dez. 2019.

SYSTEM of national accounts 2008. New York: United Nations, 2009. 662 p. Preparado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas - ONU, Comissão Europeia - Eurostat, Fundo Monetário Internacional - FMI, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e Banco Mundial. Disponível em:

<http://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna2008.asp>. Acesso em: dez. 2019.

Glossário

ajustamento CIF/FOB Conciliação das diferentes avaliações utilizadas na importação: o total da importação é avaliado a preços FOB (do Inglês *Free on Board*, que exclui as despesas com fretes e seguros), e na abertura por produto, a preços CIF (do Inglês *Cost, Insurance and Freight*, que inclui despesas com fretes e seguros).

Amazônia Legal Área criada, inicialmente, como de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, em 1953. Atualmente, ela corresponde à área dos estados da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O. Em sua configuração atual, equivale à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, representando 59% do território brasileiro.

arranjo populacional Recorte geográfico que agrupa dois ou mais municípios entre os quais existe forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais. O estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016, identifica 294 arranjos no território brasileiro. No caso daqueles em torno do Arranjo "São Paulo/SP", foi considerada a segunda integração dos arranjos, compondo, assim, a cidade-região de São Paulo.

atividade econômica Conjunto de unidades de produção caracterizado pelo produto produzido, classificado conforme sua produção principal.

capacidade ou necessidade de financiamento Poupança bruta mais as transferências líquidas de capital a receber, menos o valor da formação bruta de capital fixo, menos a variação de estoques, menos o valor das aquisições líquidas de ativos não financeiros. Quando o saldo é positivo, indica a existência de um superávit, e, quando negativo, indica a existência de um déficit que terá que ser financiado por meio da emissão de passivos financeiros.

capacidade ou necessidade de financiamento nas estatísticas fiscais Resultado operacional líquido menos a aquisição líquida de ativos não financeiros (ou resultado operacional bruto menos a aquisição líquida de ativos não financeiros, excluído, também, o consumo de capital fixo). Também é igual à aquisição líquida de ativos financeiros menos o incorrimento líquido de passivos. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo põe recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores.

capital regional Hierarquia urbana composta por centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Como as metrópoles, este nível também tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Centro-Sul, e o terceiro, nas demais regiões do País. Os grupos das capitais regionais são os seguintes: capital regional A - constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos; capital regional B - constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e capital regional C - constituído por 39 cidades com medianas de 250

mil habitantes e 162 relacionamentos. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 70 capitais regionais.

carga tributária bruta Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições e o produto interno bruto.

carga tributária líquida Quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto.

centro de zona Hierarquia urbana composta por cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, exercendo funções de gestão elementares. Este nível subdivide-se em: centro de zona A - constituído por 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos, em que predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; e centro de zona B - constituído por 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos, sendo que a maior parte, 235, não haviam sido classificadas como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 556 centros de zona.

centro local Hierarquia urbana composta por cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8 133 habitantes). O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 4 473 centros locais.

centro sub-regional Hierarquia urbana composta por centros com atividades de gestão menos complexas, predominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial, com área de atuação mais reduzida, e em que seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede se dão, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro-Oeste, este nível também é subdividido em grupos, a saber: centro sub-regional A - constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos; e centro sub-regional B - constituído por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 169 centros sub-regionais.

cidade-região de São Paulo Denominação que faz referência à 2ª integração do Arranjo Populacional de São Paulo/SP, que engloba um contínuo geográfico de 92 municípios em 11 arranjos populacionais diferentes, além de sete municípios isolados com forte interação no processo produtivo (bens, cultura, fluxos financeiros etc.) com a metrópole de São Paulo. O estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016, aponta os critérios, bases teóricas e municípios identificados nesse recorte geográfico.

concentração urbana Município ou arranjo populacional com população acima de 100 000 habitantes. Apresenta alto grau de integração, devido aos deslocamentos para trabalho e estudo, e possui grande tamanho populacional e manchas urbanizadas resultantes da expansão de uma ou mais cidades. O estudo Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil, divulgado pelo IBGE em 2016, identifica 185 concentrações no território brasileiro.

consumo final efetivo das famílias Despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias.

consumo final efetivo do governo Despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

consumo intermediário Bens e serviços consumidos como insumos de um processo de produção, excluindo os ativos fixos; os bens e serviços podem ser transformados ou utilizados no processo de produção.

contribuições sociais efetivas a cargo dos empregadores Pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência, aos regimes próprios de previdência, às entidades de previdência privada, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

contribuições sociais imputadas dos empregadores Diferença entre os benefícios sociais pagos pelo governo diretamente aos seus servidores (beneficiários do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS) sob a forma de aposentadorias, pensões etc. e as contribuições recebidas sob a forma de PSS, pensão militar, montepio civil etc.

curva de Lorenz Representação da distribuição do valor adicionado bruto das atividades entre os municípios. No eixo horizontal, está a proporção acumulada dos municípios e, no vertical, a proporção acumulada do valor adicionado bruto, permitindo identificar a parcela do valor adicionado bruto total acumulada pelos municípios. No caso em que todos os municípios têm a mesma parcela do valor adicionado bruto, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico é representado pela reta de 45 graus. Quanto mais distante a curva estiver dessa reta, maior a desigualdade na distribuição do valor adicionado bruto entre os municípios.

deflator Variação média dos preços do período em relação à média dos preços do período anterior.

deflator do PIB Variação média dos preços da economia no período em relação à média dos preços no período anterior. Para os produtos produzidos em cada atividade econômica, são utilizados métodos de extrapolação por índices de volume ou deflação por índices de preços. O mesmo se aplica ao preço dos produtos no consumo intermediário, e, portanto, o preço do valor adicionado bruto para cada atividade resulta da combinação dos índices utilizados.

despesas de consumo final das famílias Despesas com bens e serviços realizadas pelas famílias.

despesas de consumo final do governo Despesas com bens e serviços individuais e coletivos disponibilizados gratuitamente, total ou parcialmente, pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). São valoradas ao custo de sua produção.

entradas de mercadorias Mercadorias e insumos adquiridos para a comercialização/industrialização ou para a prestação de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

excedente operacional bruto Saldo resultante do valor adicionado bruto deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção.

exportação de bens e serviços Bens e serviços exportados avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias.

formação bruta de capital fixo Acréscimos ao estoque de ativos fixos destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País.

Government finance statistics manual Conjunto de princípios econômicos e estatísticos bem como diretrizes a serem utilizados na compilação e na apresentação das estatísticas fiscais, dentro de um marco analítico que inclui a avaliação patrimonial. Descreve a estrutura estatística macroeconômica projetada para apoiar a análise fiscal.

grande concentração urbana Denominação dada aos arranjos populacionais acima de 750 000 habitantes e aos municípios isolados (que não formam arranjos) de mesma faixa populacional. Dessa forma, para completar a estrutura do escalão mais alto da urbanização brasileira, fez-se necessário acrescentar as capitais estaduais de Manaus e Campo Grande (1 802 014 e 786 797 habitantes em 2010, respectivamente), que não formam arranjos populacionais.

hierarquia urbana Posição relativa de um centro urbano (sede de município) ou de um arranjo populacional no conjunto funcionalmente articulado de cidades do território brasileiro. Ela é aferida por meio da quantificação de suas funções (presença de instituições e empresas) e do grau de centralidade em relação ao deslocamento de moradores de outros municípios em busca de bens e serviços. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 11 posições no território brasileiro, sendo grande metrópole nacional o maior nível hierárquico e centro local, o menor. *Ver também* capital regional, centro de zona, centro local, centro sub-regional e metrópole.

importação de bens e serviços Bens e serviços adquiridos pelo Brasil do resto do mundo, valorados a preços CIF, ou seja, incluindo, no preço das mercadorias, os custos com seguro e frete.

impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários, descontando os subsídios.

impostos sobre a produção e importação Impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

impostos sobre produtos Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima). No caso específico do cálculo do PIB dos Municípios, mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município. Seu valor varia de zero, caso em que não há desigualdade, ou seja, o valor adicionado bruto é o mesmo para todos os municípios, até um, quando a desigualdade é máxima (apenas um município detém o valor adicionado bruto total, e o valor adicionado bruto de todos os outros municípios é nulo). O índice de Gini é o dobro da área entre a curva de Lorenz do valor adicionado bruto e a reta que marca 45 graus.

margem de comércio Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela é calculada a partir do valor das vendas do comércio, descontando as despesas com bens adquiridos para revenda e somando a variação de estoques do comércio.

margem de transporte Um dos elementos somados ao preço básico para cálculo do preço de consumidor de um bem. Ela representa o custo de transporte, faturado explicitamente, pago pelo comprador no momento da aquisição.

média concentração urbana Denominação dada aos municípios isolados e aos arranjos populacionais acima de 100 000 a 750 000 habitantes.

metrópole Hierarquia urbana composta pelos principais centros urbanos do País que se caracterizam por seu grande porte e por fortes relacionamentos entre si, além de, em geral, possuírem extensa área de influência direta. Esse conjunto foi dividido em três subníveis, segundo a extensão territorial e a intensidade das relações: grande metrópole nacional - São Paulo, o maior conjunto urbano do País, com 19,5 milhões de habitantes, em 2007, e alocado no primeiro nível da gestão territorial; metrópole nacional - Rio de Janeiro e Brasília, com 11,8 milhões e 3,2 milhões de habitantes, respectivamente, em 2007, também estão no primeiro nível da gestão territorial, e, juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País; e metrópole - Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia, com população variando de 1,6 milhão (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) de habitantes, constituem o segundo nível da gestão territorial. Note-se que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto. O estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, divulgado pelo IBGE em 2008, identifica 12 metrópoles.

município-polo de região geográfica imediata Município que atrai os moradores dos municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego, e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros.

ocupações Medida do fator trabalho utilizado pelas atividades produtivas, equivalente aos postos de trabalho.

outros impostos sobre a produção Impostos, taxas e contribuições que incidem sobre o emprego de mão de obra e sobre o exercício de determinadas atividades ou operações.

população residente 1. (*Censo Demográfico*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data de referência da pesquisa, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

2. (*Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*) Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e estão presentes na data da entrevista, ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

poupança bruta Parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final.

produto interno bruto Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados aos usos finais, sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de

subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos usos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado, sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

receita disponível do governo Somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), líquidas das transferências pagas e recebidas entre elas.

região geográfica imediata Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo um deles – ou mais do que um, no caso de arranjo populacional – o polo. Esse polo atrai os moradores dos demais municípios contíguos para a compra de bens de consumo duráveis e não duráveis; para a procura de emprego e de serviços de saúde e educação; bem como para a prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho, de serviços judiciários, entre outros. O estudo Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, divide o território brasileiro em 510 regiões geográficas imediatas.

região geográfica intermediária Recorte geográfico que reúne um conjunto de regiões geográficas imediatas, articuladas por um polo ou arranjo populacional de hierarquia urbana superior, principalmente, através de fluxos de gestão privado e público e pela oferta de funções urbanas de maior complexidade. O estudo Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, divide o território brasileiro em 133 regiões geográficas intermediárias.

região rural Recorte geográfico que reúne um conjunto de municípios, sendo que um deles contém o polo urbano onde se procuram insumos e para onde se remetem os produtos agropecuários e extrativos. O relatório técnico do Projeto Regiões Rurais 2015, divulgado pelo IBGE naquele mesmo ano, identifica 104 regiões rurais no território brasileiro.

regime de caixa Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, apenas os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.

regime de competência Modalidade contábil que considera, para fins de apuração do resultado do exercício, os fatos contábeis ocorridos durante o exercício.

remuneração dos empregados Despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais) com seus empregados em contrapartida do trabalho realizado.

renda de propriedade Renda recebida pelo proprietário e paga pelo utilizador de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido, como terrenos.

renda disponível bruta Saldo resultante da renda nacional bruta deduzidas as transferências correntes enviadas e recebidas do resto do mundo.

renda nacional bruta 1. Produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção recebidos do resto do mundo.

2. Produto interno bruto menos as remunerações líquidas enviadas ao exterior menos as rendas de propriedade líquidas enviadas ao exterior.

rendimento misto bruto Remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas em sociedade (autônomos), que não pode ser identificada, separadamente, se proveniente do capital ou do trabalho.

saídas de mercadorias Mercadorias ou serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação.

salários e ordenados Salários e ordenados recebidos em contrapartida do trabalho, em moeda ou em mercadorias.

saldo das transações correntes com o resto do mundo Saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, acrescido do saldo das transações sem emissão de câmbio.

semiárido Região composta por 1 262 municípios, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Os critérios para delimitação do semiárido foram a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; o índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e o percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A competência para fixar critérios técnicos e científicos para sua delimitação foi dada ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE pela Lei Complementar n. 125, de 03.01.2007.

serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) Rendimentos de propriedade a receber pelos intermediários financeiros líquidos dos juros totais a pagar, excluindo o valor de qualquer rendimento de propriedade a receber de investimento de fundos próprios.

setor institucional Conjunto de unidades institucionais que são caracterizadas por autonomia de decisões e unidade patrimonial.

subsídios à produção Transferências correntes sem contrapartida do governo destinadas a influenciar os níveis de produção, os preços dos produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo, permitindo que o consumidor dos respectivos produtos ou serviços seja beneficiado por preços inferiores aos que seriam fixados no mercado, na ausência dos subsídios.

System of national accounts Conjunto de normas aceitas internacionalmente e recomendações relacionadas à elaboração de indicadores da atividade econômica, de acordo com convenções contábeis baseadas em princípios econômicos. As recomendações representam um conjunto de conceitos, definições, classificações e regras contábeis para a apuração de indicadores, como o produto interno bruto, indicador de resultado econômico utilizado com maior frequência.

território econômico Território sob efetivo controle econômico de um governo, dentro do qual circulam livremente pessoas, bens e capitais.

transferências Operações efetuadas em espécie ou em numerário, entre duas unidades, sem contrapartida de bens e serviços.

transferências correntes Transferências de recursos, sem contrapartida de bens e serviços, destinadas a gastos correntes.

transferências de capital Transferências de propriedade ou aquelas condicionadas pela cessão ou aquisição de ativos.

unidade local Espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da Secretaria da Receita Federal.

unidade residente Unidade que mantém o centro de interesse econômico predominante no território econômico, realizando, sem caráter temporário, atividades econômicas nesse território.

valor adicionado bruto Valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

valor adicionado fiscal Valor das saídas de mercadorias mais o valor das prestações de serviços de transporte interestadual/intermunicipal e de comunicação deduzidos dos valores das entradas de mercadorias e insumos utilizados.

variação de estoques Diferença entre os valores dos estoques de mercadorias finais, produtos semimanufaturados, bens em processo de fabricação e matérias-primas dos setores produtivos no início e no fim do ano, avaliados aos preços médios correntes do período.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Contas Nacionais

Rebeca de La Rocque Palis

Grupo de trabalho

Rebeca de La Rocque Palis

Alessandra Soares da Poça

Alex Ribeiro

Breno Augusto de Barros Antunes

Dinamar Maria Ferreira Marques

Eliandres Pereira Saldanha

João Paulo Caetano Santos

Maria Gláucia Pacheco Moreira

Raquel Callegario Gomes

Reinaldo Carvalho de Moraes

Wilson Grimaldi

Elaboração do texto

Alessandra Soares da Poça

Luiz Antonio do Nascimento de Sá

Raquel Callegario Gomes

Técnicos participantes da Coordenação de Contas Nacionais

Alessandra Soares da Poça

Amanda Mergulhão Santos Barros

Amanda Rodrigues Tavares

André Artur Pompéia Cavalcanti

André Rodrigues Pereira

Bárbara de Oliveira Brasil Correa

Camila Unis Krepsky

Carlos Cesar Bittencourt Sobral

Carmen Maria Gadea de Souza

Christina Elisabeth Fischer Mattoso Maia Forte

Cláudia Coelho Reis

Claudia Dionisio Esterminio

Cristiano de Almeida Martins

Daniel Rodrigues Caetano

Douglas Moura Guanabara

Evaldo Gomes Rangel

Felipe Castor Cordeiro de Sousa

Felipe de Oliveira Sampaio

Flávia Caheté Lopes Carvalho

Gabriela Cavalcanti de Araújo Martins

Guilherme Haluska Rodrigues de Sá

Gustavo Chalhoub Garcez

Hugo Araújo Saramago

Julio Cesar Siqueira

Katia Namir Machado Barros

Lucas Sant'Anna Moraes dos Santos (Estagiário)

Luiz Antônio do Nascimento de Sá
Luiz Gustavo Velloso Castello (Estagiário)
Marcio Resende Ferrari Alves
Marcos Paulo Laranja Ribeiro
Matheus Pereira Albudane (Estagiário)
Michel Vieira Lapip
Patrícia Schmitt Fontenelle
Paulo Henrique Polly Montoya
Raimundo Tavares Guedes
Raquel Callegario Gomes
Rebeca de La Rocque Palis
Ricardo de Souza Ribeiro
Samuel Cruz dos Santos
Sarah Tavares Corrêa Cunha
Sidneia Reis Cardoso
Tássia Gazé Holguin
Teresa Cristina Bastos
Victor Hugo Martins Bello Honaiser

Colaboradores

Diretoria de Geociências

Coordenação de Geografia

Gestão da Produção

Cláudio Stenner

Elaboração de texto

Marcelo Luiz Delizio Araujo

Emílio Reguera Rua

Elaboração de mapas

Andressa Rosas de Menezes

Emílio Reguera Rua

Marcelo Luiz Delizio Araujo

Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais

Gestão da Produção

André Polly Assumpção

Elaboração de texto

André Polly Assumpção

Daniel Rios Cerqueira Barbosa (estagiário)

Pedro Henrique Pereira Leite dos Santos (estagiário)

Elaboração de mapas

André Polly Assumpção

Daniel Rios Cerqueira Barbosa (estagiário)

Pedro Henrique Pereira Leite dos Santos (estagiário)

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marisa Sigolo

Gerência de Editoração

Estruturação textual do informativo

Fernanda Maciel Jardim
Leonardo Ferreira Martins

Projeto gráfico do Informativo

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização documental

Aline Loureiro de Souza
Ana Raquel Gomes da Silva
Isabella Carolina do Nascimento Pinto
Juliana da Silva Gomes
Lioara Mandoju
Nádia Bernuci dos Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de resumos indicativos

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte
Newton Malta de Souza Marques

Impressão e acabamento do Informativo

Helvio Rodrigues Soares Filho

Órgãos Estaduais de Estatística

Rondônia

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

Hilda Coêlho Gomes Denny
Teresa Cristina Simoni

Acre

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Arlene de Nazaré Silva Pessoa
Shirley Brana Vilela
Wagner Sena

Amazonas

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI

Alcides Saggiaro Neto
Casemiro Rodrigues de Souza
Francisco Alves de Freitas
Josenete Cavalcante Costa
Julio Afonso Filho

Roraima

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima

Fabio Rodrigues Martinez
Milton Antonio do Nascimento

Natalino Araújo Paiva

Pará

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA

Marcelo Santos Chaves

Maria Augusta Esteves Pereira

Maria Glaucia Pacheco Moreira

Amapá

Secretaria de Estado do Planejamento

Leila Sílvia Sacramento Balieiro de Souza

Nazaré Santos Cardoso

Newton Wanderley Salomão Junior

Oneide da Cruz Pinheiro

Regina Célis Martins Ferreira

Vanete dos Santos Palmeira

Tocantins

Secretaria da Fazenda e Planejamento

Geizianne Pereira da Cunha

Grazielle Azevedo Evangelista

Kézia Araújo Dias

Maranhão

Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC

Anderson Nunes Silva

Dionatan Silva Carvalho

Rafael Thalysson Costa Silva

Piauí

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí - CEPRO

Delso Ribeiro de Carvalho

Evaristo Alves dos Reis Junior

Manfredi Mendes de Cerqueira Junior

Tancredo Dantas Neiva

Ceará

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Alexandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia

Daniel Cirilo Suliano

Fátima Juvenal de Souza

Margarida Maria Sérgio do Nascimento

Nicolino Trompieri Neto

Rogério Barbosa Soares

Witalo Lima Paiva

Rio Grande do Norte

Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA

José Leônidas Galvão Neto

Wagner Rodrigues

Paraíba

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - Gerência Executiva de Desenvolvimento Municipal e Regional

Janayna Maria Carvalho Alves

Leilah Silva Barros

Rosimélia Lima Santos de Araújo

Simone Ana Olímpio

Pernambuco

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM

André Luís da Silva

Bruno Braga Gomes dos Santos

Claudia Baptista Ferreira Pereira

Daniel Oliveira Paiva da Silva Diogo Machado Lima

Fernando Mota Maia Neto

Laudecina Alves Pereira

Rodolfo Guimarães Regueira da Silva

Wilson Grimaldi

Alagoas

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

Gilvandro Freitas

Marcia Nubia Barbosa Lopes

Roberson Leite Silva Júnior

Teresa Márcia da Rocha Lima Emery

Sergipe

Secretaria de Estado Geral de Governo

Márcia de Andrade Bastos

Bahia

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

Carol Araújo Vieira

Denis Veloso da Silva

João Paulo Caetano Santos

Karina Maria das Graças Carneiro da Silva

Simone Borges Medeiros Pereira

Minas Gerais

Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações - FJP

Lívia Cristina Rosa Cruz

Marilene Cardoso Gontijo

Reinaldo Carvalho de Moraes

Thiago Rafael Corrêa da Almeida

Espírito Santo

Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Adriano do Carmo Santos

Edna Morais Tresinari

Rio de Janeiro

Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ

Luiz Antonio Nunes de Sant Anna

Moyses Neves Santos

Pedro Amaral Serra

São Paulo

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE

Cassia Chrispiniano Adduci

José Roberto Rodrigues

Maria Rosa Borin

Odete Ferreira Salsa

Regiane Lenardon

Renata Silveira Correa

Vagner Bessa

Paraná

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

Cassiano Correa de Oliveira

Mari Aparecida dos Santos

Ricardo Kureski

Santa Catarina

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico de Santa Catarina - SDE/SC

Alex Ribeiro

Paulo Cesar Zoldan

Rio Grande do Sul

Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG/RS

Martinho Roberto Lazzari

Roberto Pereira Rocha

Vanessa Neumann Sulzbach

Vinicius Dias Fantinel

Mato Grosso do Sul

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO

Eliandres Pereira Saldanha

Renato Prado Siqueira

Mato Grosso

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG/MT

Breno Augusto de Barros Antunes

Eduardo Matsubara

Goiás

Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IMB/SEGPLAN/GO

Anderson Mutter Teixeira

Dinamar Maria Ferreira Marques

Juliana Dias Lopes

Luiz Batista Alves

Rafael dos Reis Costa

Distrito Federal

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN

Clarissa Jahns Schlabitz

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Ana Claudia de Azevedo Monteiro

Ana Maria Oliveira de Souza

Dave Mcliam Alves da Silva

Edimary Porto Dias

Evelyne Lima de Souza

Matheus Assis dos Santos Vaz

Patry Marques Boscá

Rafael Soares Gouveia

Renato Mendes Freitas